

“PATRIMÔNIO CULTURA E TERRITORIALIDADE NO AGRESTE ALAGOANO: A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA TABACARIA”

Francisca Maria Neta*
Deisiane da Silva Bezerra**

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade estudar o patrimônio material e imaterial no agreste alagoano, especificamente a microrregião de Palmeira dos Índios, tendo como ênfase as políticas de desenvolvimento local e regional, observando a memória coletiva e a identidade cultural através da diversidade da cultura local, objetivando analisar a comunidade remanescente quilombola Tabacaria. A metodologia baseia-se na avaliação teórica e metodológica do reconhecimento do patrimônio cultural através da perspectiva da história cultural, com utilização dos recursos da oralidade na reconstrução dos aspectos da comunidade Tabacaria, assim como, entender as políticas de intervenção do patrimônio cultural e documental para as comunidades tradicionais de matriz afro-brasileira. A investigação dar-se-á pela análise dos aspectos constitutivos da preservação da memória e da valorização das representações imateriais existentes na comunidade local. Procuraremos identificar a formação social regional através dos aspectos territoriais do agreste alagoano como uma categoria de análise para compreender o processo de desenvolvimento através das políticas públicas e as implicações de suas ações, estabelecendo inter-relações entre as conexões do global com o local.

PALAVRAS-CHAVES: Patrimônio Cultural. Território Alagoano. Comunidade Quilombola. Memória. Identidade.

INTRODUÇÃO

A análise que se pretende fazer nesse trabalho é para compreender o processo histórico de desenvolvimento como uma perspectiva civilizatória, observando o movimento dos paradigmas tomados na contemporaneidade para compreender a dimensão local. Por esse norte, identificar o percurso da formação social do agreste alagoano, em particular do município de Palmeira dos Índios, no intuito de relacionar as diferenças regionais nos aspectos políticos, econômicos e culturais; assim, estabelecer inter-relações entre as conexões com aspectos culturais e a preservação da memória coletiva.

A compreensão da dimensão do Nordeste, de certa maneira, coincide com a própria construção da história do Brasil, uma vez que a expansão colonial foi desenvolvida nos primeiros séculos na região nordeste. No período colonial, a Província de Alagoas pertencia à Capitania de Pernambuco, marcada por uma região de hegemonia, produtividade e disputa de poder. Por algumas perspectivas historiográficas esse período é compreendido pelos ciclos

econômicos, o nordeste (no léxico contemporâneo) teve seu longo período áureo, mas que nos dias atuais representa condições desfavoráveis em termos de desenvolvimento em relação às regiões do sul e sudeste.

Embora haja discussão sobre o conceito de região, pode-se pensar região por diversas possibilidades, seja pelo econômico, cultural, político, geográfico ou histórico. Para (OLIVEIRA, 1981), “a mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico”. De todo modo, a construção de um nordeste foi enraizada também pelas características históricas e culturais. As condições do nordeste historicamente construídas são marcadas pela exploração, concentração de renda e desigualdade social.

A valorização pelo local tem respondido, de certa maneira, as inquietações globais, mostrando que é preciso voltar os olhos para as singularidades contidas nos aspectos locais, mais precisamente no cotidiano construído socialmente através das manifestações culturais e consolidada no patrimônio, seja tangencial ou material.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL E PROCESSO IDENTITÁRIO

A historiografia brasileira, tão estudada pelos cientistas sociais, retrata preocupações desde a colonização até o momento contemporâneo que passam pelo processo de colonização até o projeto de construção nacional. Um país com dilemas e dualidades que desafiam a diversidade linguística, geográfica e cultural, que se polariza entre a riqueza e a extrema pobreza, entre o regional e a unidade nacional, entre o colonizador e o colonizado. Um país de dimensão continental construído pela miscigenação e a imigração de povos distintos: índios, africanos e europeus.

Nesse contexto, o debate que se instaura entre os intelectuais sobre a formação social brasileira é constituído pelos mais respeitados estudiosos, tais como: Capistrano de Abreu, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Fernando Novais etc., desempenharam papéis fundamentais nas explicações na história, economia, antropologia, sociologia, enfim, nas ciências sociais que construíram para a construção teórica da historiográfica brasileira. Não obstante, nesse instante serão abordadas algumas questões discutidas no processo de desenvolvimento do

agreste alagoano, em que são identificadas as etapas cíclicas dos momentos históricos que impulsionaram na sua formação territorial.

Após o primeiro momento de extrativismo colonial, com a implantação da indústria açucareira. A estrutura do antigo sistema colonial proporcionava a empresa mercantil o monopólio comercial da Coroa, tornando a colônia um pólo exportador ultramarinho. “Observada de uma perspectiva ampla, a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira [...] o homem da terra não somente trabalhava para o colono, como também constituía sua quase única mercadoria de exportação (FURTADO, 2003).” Constituindo uma indústria caracterizada pelo exclusivismo, monocultura e escravismo.

Paralelo ao desenvolvimento da indústria açucareira se expande o processo de interiorização a expansão da pecuária, considerada uma atividade diferente da desempenhada no litoral. Para (FURTADO, 2003), “sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela.” Era uma atividade que anexava à subsistência da população, além disso, constituiu uma expressão cultural que de certa maneira foi fundamental para economia nordestina.

Juntamente com a estagnação do desenvolvimento da produção nordestina, a coroa portuguesa estimula a corrida retardada aos metais preciosos. Conforme Furtado (2003), “a exploração do ouro cresceu em toda a primeira metade do século e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras”. Entrando posteriormente em declínio o ciclo do ouro e dando espaço um novo momento de expansão do café e o processo de desenvolvimento industrial em consonância com o quadro das transformações mundiais com influência nas formas de trabalho nos países periféricos; como lutas abolicionistas, exigência do fim do trabalho escravo, formação de mercado interno. Para (NOVAIS, 2005):

Os séculos XVI a XVIII surgem-nos, assim, portadores de permanências do passado e germes do futuro, tipicamente transitórios, o que não teria maior significado, já que essa é uma constante histórica, se a representação dominante ou oficial que essa etapa se fazia se si própria não insistisse em considerar a estabilidade como o valor por excelência a se preservar: instaura-se, então a ‘crise da consciência europeia.

Não obstante, qualquer que seja o sistema instaurado aqui na colônia, tem uma forte ligação com o desenvolvimento externo e este, influenciando na produção interna. Porém, as transformações do Brasil na passagem do século XIX para o XX, apesar de acompanhada por

mudanças internacionais e vinculadas ao processo de modernização, teve um papel de grande importância nas diversas dimensões da vida social. O projeto nacional constituiu em detrimento de uma proposta de desenvolvimento interno, em que valoriza as condições econômicas, políticas, e culturais; que teve influência nos levantes do plano ideológico que emerge com o fim Antigo Regime.

Quanto ao processo de expansão do capitalismo no Brasil, encontram-se no movimento populista as condições efetivas de instauração de políticas de acumulação, assim como, as relações de produção. Conforme (OLIVEIRA, 2003), “o populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do ‘arcaico’ e o ‘novo’, corporativista como se tem assinalado cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas de acumulação.” Criando uma incipiente indústria de acumulação a partir de uma economia de exportação.

Já as políticas desenvolvimento ocorridas na segunda metade do Século XX são caracterizadas por mudanças nas políticas internacionais que são fortalecidas pelo processo de globalização na economia. Assim, o projeto nacional atende a agenda internacional ao estabelecer como as relações de trabalho, o formato de industrialização e o padrão de consumo são ordenados. A nova ordem exige uma fidelidade hegemônica diante de uma política mundial.

O processo de redemocratização que o Brasil enfrentou a partir da década de 80 do Século XX tem implicações no processo político, econômico e social. Vivemos numa época em que somos acorrentados pelas andanças do capital financeiro e que as promessas de crescimento econômico representam o elo salvador do projeto nacional de se enquadrar às grandes potências mundiais. De acordo com Oliveira, “o ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de ‘buraco negro’: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para acumulação digital-molecular.” Sendo esse processo de acumulação, a incidência de uma sociedade menos igualitária.

As reflexões teóricas sobre os rumos do processo civilizatório assumem uma importância fundamental na construção de saber. As posturas teórico-metodológicas do

pensamento social constituem uma postura política diante as explicações e as mudanças que vão desde o âmbito econômico, ecológicas, sociais e, principalmente, culturais.

O debate em torno do processo de desenvolvimento mundial e do Brasil, deve ser levado adiante como uma proposta de compromisso na produção do conhecimento. A reflexão em torno do projeto de construção da identidade nacional e local em detrimento dos países hegemônicos deve refletir na postura de todo cidadão através de sua memória coletiva. Memória coletiva, de acordo com (LE GOFF, 2003), “são as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação de memória.” Elemento essencial para compreender a identidade social da cultura local e regional.

As discussões que se inserem nos debate sobre o desenvolvimento e crescimento econômico passam por uma reflexão do processo de civilidade que a humanidade enfrenta. A corrida por índices econômicos e padrão de consumo de alcance das diversas camadas sociais não são suficientes para proporcionar qualidade de vida. Por outro lado, os avanços tecnológicos e o uso desenfreado dos recursos naturais contribuindo para uma alerta urgente do futuro global.

Ao que se refere a uma política nacional que possa valorizar o patrimônio cultural nacional passa por uma série de fatores. Para (FEITOZA, 2012).

Uma das razões que levaram o Estado-nação a erigir um patrimônio cultural nacional foi a pressão da classe média, que, desprovida de riqueza e prestígio, desejava ter acesso aos símbolos. Conseqüentemente, esta classe social levou o Estado a instituir estruturas sociais dedicadas ao patrimônio cultural e ambiental. [...] Uma outra razão para a criação do patrimônio cultural nacional reside na necessidade de equilibrar as lutas de classe, posto que, se cada coletividade instituísse e personalizasse os seus símbolos, certamente haveria a impossibilidade de o Estado controlar todas estas ondas culturais. Perderiam, assim, a classe dominante e o próprio Estado.

Certamente, a luta pela preservação do patrimônio, seja material ou imaterial, tem uma significação de um resgate identitário latente que estão presentes na memória coletiva e que carecem de manifestações sociais. Observando o patrimônio cultural por uma análise da apropriação dos seus conceitos, afirma (GONÇALVES, 2005).

Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Esse ponto tem estado e seguramente deve continuar presente nos debates sobre o patrimônio. Ele é decisivo para um entendimento sociológico dessa categoria. Um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado) e mais o fato de que uma agência de Estado.

São demandas de políticas públicas que não estão no cerne das prioridades de uma nação economicamente voltada para a competitividade mercadológica. As políticas de conservação patrimonial e de resgates culturais são caracterizadas pelos entraves das prioridades das políticas públicas e os interesses ideológicos.

Assim, como pensar o Brasil diante desse processo de desenvolvimento mundial? O crescimento econômico responde às prerrogativas de qualidade de vida?

2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS

A formação territorial de Alagoas, apesar de ter seu marco como província independente, em 16 de setembro de 1817, a sua formação coincide com a formação do Brasil colonial, a partir da ocupação do território pelos portugueses. A rota da esquadra que dá continuidade à expedição de Pedro Álvaro Cabral ao desbravamento das terras costeiras é datada em meados de 1501.

Foram, portanto, as costas de Alagoas e o seu grande rio os pontos avistados logo da primeira descoberta geográfica feita pela esquadra, visando explorar as costas do Brasil, zarpou de Portugal e permaneceu 22 dias entre Cabo de Santo Agostinho e a Barra de São Miguel, levando daí 11 dias para ir à embocadura de São Francisco. (BRANDÃO, 2004, p. 34)

As terras hoje pertencentes a Alagoas, no período colonial, pertenciam a Capitania de Pernambuco. No entanto, esse espaço já apresentava uma historicidade com aspectos singulares que formaria a identidade de Alagoas. Com a consolidação da colônia, são criadas as capitanias hereditárias em que o Brasil foi dividido em 14 faixas de terra doadas aos donatários e, nessa divisão, o território alagoano pertencia à capitania de Pernambuco (Fig. 1). O sistema administrativo territorial foi criado pelo Rei Dom João III em 1534, que dividia o território brasileiro em faixas imaginárias de terras.

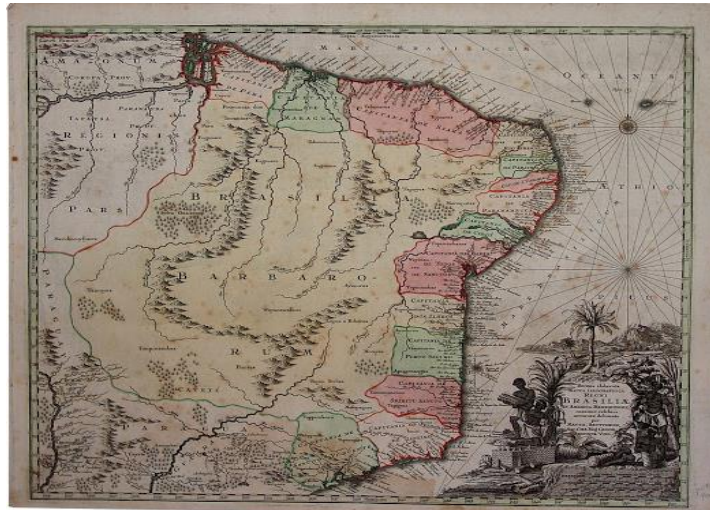


Fig. 1 – Mapa das Capitanias Hereditárias. Fonte: SEUTTER, 1750.

A capitania de Pernambuco constituída de 60 léguas entre o rio São Francisco e o rio de Santa Cruz de Itamaracá foi comandada pelo donatário Duarte Coelho. Com o fracasso do sistema de capitanias, apenas a capitania de Pernambuco e São Vicente foram consideradas bem sucedidas. Nesses trâmites, Alagoas judicialmente pertence à comarca de Pernambuco.

Enquanto na região norte – a de Porto Calvo – e na região centro- a das Alagoas: alagoas do Norte e Alagoas do Sul – o povoamento se processou através da fundação de engenhos de açúcar, já a do Penedo tem origens diferentes. Seu fundamento se baseia na defesa do sul da capitania de Duarte Coelho Pereira. [...] Em penedo organizou-se um arraial, fortificado pelos colonizadores para vigiar os índios caetés existentes no extremo da Capitania, nessa bandeira deixou colonos em Porto Calvo e Alagoas do Sul. (CARVALHO, 1982, p. 39)

O primeiro território alagoano a ser apropriado pelos portugueses é hoje pertencente a Penedo, Porto Calvo. Em Penedo, instaura-se uma estrutura estrategista de fortificação, comércio e povoamento. Assas características eram de interesses dos colonizadores para a manutenção da extensão territorial que correspondia à Província de Pernambuco.

Ainda em terras alagoanas, a formação territorial se envereda também, por estratégias de ocupação pelas Guerras dos Bárbaros – enfrentamento das tribos Tapuia-Kariri e Quilombo dos Palmares; essas tribos possuíam uma estrutura organizacional relevante, instituindo uma comunidade independente da ordem administrativa colonial.

Na região onde surge Alagoas, foi desenvolvida uma estratégia de ocupação do território que se desenvolveu em dois vetores: um, a Guerra dos Bárbaros, como enfrentamento das tribos Tapuia-Kariri coligadas, que procuraram parar o avanço da frente colonial representada pelos currais de gado em transumância [...] A partir do final século XVII, essas tropas de índios foram jogados contra os quilombos das terras onde correr o rio Paraíba do Meio e Mundaú e as matas de Quipapá, Cucauá e Serinhaém. Então aplica-se contra os Palmares a estratégia de destruição dos quilombos, de desocupação das terras das matas úmidas e o extermínio e apreensão dos Quilombos. (LINDOSO, 2011, p. 40)

As disputas na formação de Alagoas são presentes nos diferentes momentos de sua formação e consolidação. Conforme (LINDOSO, 2011, p. 19), “no estudo da formação de Alagoas, há três fatores de colonização importantes: a criação do Quilombo de Palmares, o início da conquista do sertão e a implantação de uma sociedade tutelar formada pelas *plantations* açucareira”. Portanto, um lugar de disputa de diferentes interesses de índios, negro e europeus, seja pela exuberância da natureza, pela as estratégias militares e de navegação do Rio São Francisco ou, pela conquista territorial favorável à Coroa; que se estende historicamente desde a conquista colonial até mais recentes lutas territoriais pelo direito à posse da terra.

O espaço alagoano pertence à província de Pernambuco por todo período colonial até sua independência, que se consolida em 16 de setembro de 1817. No entanto, a desvinculação de Alagoas à Pernambuco não está pontuada apenas um Decreto, além de uma discussão processo político, ainda identificamos referências na representação cartográfica, datada de 1848 (Fig. 2).

Quando D. João VI elevou a antiga Comarca das Alagoas a Capitania, mercê do Decreto de 16 de setembro de 1817, a sua população orçava aproximadamente por 90.000 almas, na antiga estatística do Ouvidor Antônio José ferreira Batalha, figura que teve seu nome gravado em diversos acontecimentos da história colonial de Alagoas (DUARTE, 1974, p. 24).

Apesar de a historiografia apresentar controvérsias sobre o movimento e a emancipação de Alagoas. Discussão abordada por Ann Marie Buyers no artigo - Em Defesa da Honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional, em que argumenta, “Essas hipóteses, elaboradas ao longo do século passado pelos membros do IAHP, transformaram-se na versão oficial sobre a emancipação de Alagoas, perpetuada até hoje pelos professores e historiadores locais. Ninguém se preocupou em comprovar sua veracidade.” (BUYERS, 2010, p.35), não objetivamos exaurir essa discussão, mas apresentar instrumentos cartográficos que possibilitem construir uma compreensão da formação desse território chamado Alagoas.



Fig. 2 – Mapa de Alagoas. Fonte: Atlas do Brazil. IHGAL, 1908.

Nos mapas construídos no decorrer do século XX podemos identificar uma consolidação territorial, em que as mudanças político-administrativas acontecem no contexto estadual, a exemplo das emancipações municipais. Dentro da estrutura republicana. Contudo, o território alagoano apresenta uma delimitação, configurando um espaço político-administrativo consolidado desde o período imperial no século XIX.

Observa-se que na consolidação do Estado de Alagoas, desde o período colonial até os dias atuais, sofreu algumas mudanças na configuração espacial em detrimento da justificativa política, econômica, jurídica e administrativa. Apesar da criação de novos municípios no decorrer do século XX não implica na mudança do caráter identitário constituídos nas localidades, identificadas por mesorregiões: leste alagonano, Agreste alagoano, sertão alagoano.

Pela perspectiva da situação administrativa, certamente, Alagoas compreende uma unidade da federação brasileira, constituindo num espaço geográfico, histórico e político. Mas, compreende também, m lugar que busca seu reconhecimento pela identidade cultural singular através do seu espaço geográfico, sua historicidade e sua especificidade.

3.TERRITORIALIDADE NO AGRESTE ALAGOANO

Palmeira dos Índios, situada no agreste alagoano, município de médio porte, vivenciou um processo de desenvolvimento urbano e econômico na segunda metade do século XX, principalmente pela expansão dos serviços e comércio, acelerando o estabelecimento da urbanização da cidade. Esse crescimento vincula-se ao seu posicionamento estratégico em detrimento à construção de ferrovias do século XIX e, principalmente, a criação de rodovias federais e estaduais. Ainda acrescenta (CORRÊA, 1992), “Palmeira dos Índios foi beneficiada em virtude que o município exercia de comando de uma extensão de área do sertão e agreste alagoano”. Assim, ser classificada como o portão de entrada para o sertão; sendo situada numa área intermediária, fazendo interlocução, tanto dentro do Estado Alagoano como em alguns municípios do Estado de Pernambuco.

A microrregião, que Palmeira dos Índios representa o município Pólo, é composta por 10 municípios; entre eles: Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igací, Maribondo, Mar Vermelho, Mirador de Negrão, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Tanque D’Arca. O crescimento da área urbana de Palmeira dos Índios demanda o surgimento de novos serviços, infra-estrutura, equipamentos e moradias e, conseqüentemente, esse crescimento acontece de forma desordenada e carente de planejamento urbano proporcional às suas necessidades sociais.

A imprensa palmeirense ocupou um importante lugar nas publicações locais; pesar de alguns jornais já ser instintos. Ademais, Palmeira dos Índios é reconhecida pelo o nome ilustre de Graciliano Ramos, apesar de ele ter nascido no município de Quebrangulo, suas referências estão inscritas em Palmeira, inclusive pela representação política no cargo de Prefeito, momento em que escreveu os famosos relatórios sobre a sua administração municipal, e uma obra literária reconhecida nacional e internacionalmente. De acordo com (ALBUQUERQUE JR., 2006):

Graciliano constrói um espaço regional marcado pelas discontinuidades históricas, pelas diferenças diacrônicas, pelas paisagens subjetivadas pelos homens, que as embaralham, misturam-nas, recriam-nas. A natureza, já surge, em sua obra, como domada pelo homem. O espaço surge como uma construção humana, como uma ficção que dá organização e sentido à natureza.

Palmeira dos Índios representa o maior centro da microrregião, com expressão política, econômica e cultural. Atualmente, estão instaladas cinco unidades de ensino universitário, que atendem aos municípios da microrregião e do agreste em geral. Possui dois museus; Museu Xucurus e Casa Museu Graciliano Ramos(tombado pelo IPHAN), além de um patrimônio imaterial rico em costumes, culinária, folguedos, cavalhadas, expressões artísticas, etc. Comunidades indígenas e quilombolas que estão em processo de afirmação de suas identidades, que ainda sofrem pela negação de suas raízes remanescentes.

Portanto, o objeto de estudo centra-se na investigação do patrimônio cultural do Agreste Alagoano, em especial Palmeira dos Índios, identificada na identidade cultural resgatada nos museus, bibliotecas e arquivos do município como expressão de desenvolvimento local. Nesse contexto, as políticas públicas desenvolvem ações culturais e que possibilite o desenvolvimento local e regional são, na sua maioria, ainda bastante limitadas, em que o poder público ainda negligencia políticas de ações efetivas. Não obstante, a discussão que envolve a temática do patrimônio cultural, consiste na perspectiva de entender a diversidade cultural não como uma reflexão do passado, mas, sobretudo, problematizar o presente.

A análise do patrimônio cultural perpassa pela utilização dos recursos metodológicos através de trabalhos de campo que procure fazer o resgate histórico da diversidade cultural do Agreste de Alagoas. A análise parte do reconhecimento do patrimônio cultural classificado em quatro categorias: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. O mapeamento do patrimônio cultural se efetiva no sentido de compreender a significação da identidade e a memória social da cultura local e regional.

4. A COMUNIDADE REMANESNTE QUILOMBOLA TABACARIA

No processo de identificação e reconhecimento das Comunidades remanescentes de Quilombolas, o território alagoano por ser historicamente reconhecido como o local de maior referência de revoltas de negros no período colonial, ainda pertencente à Capitania de Pernambuco. Não obstante, as terras que hoje constituem o Estado de Alagoas, foram no passado colonial, um espaço propício a refúgios de escravizados, que se justifica pela extensão de terras que a Capitania de Pernambuco administrava e, sobretudo, pela carência de estratégias militares e de fortificação.

Por esse argumento, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros no período colonial, servindo de argumento para as muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica a constantes batalhas em busca de uma identidade étnica. Assim, as Comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, hoje estão identificadas no mapa das comunidades quilombolas em Alagoas a seguir.



Fig. 3 - Mapeamento Comunidades Quilombola Fonte: <http://www.iteral.al.gov.br>, 2014.

Dentre as comunidades acima identificadas, a comunidade remanescente Quilombola Tabacaria situa-se zona rural do município de Palmeira dos Índios no agreste de alagoano. A Comunidade por longo período perdeu suas memórias referências identitárias de matriz afro-brasileira, mas que na atualidade representa a comunidade de maior nível de articulação e de consolidação do processo de posse da terra; encontram-se na fase de espera do recebimento do título de posse.

Os moradores da comunidade, nas suas lembranças, relatam que trabalhavam para os fazendeiros locais e faziam plantio de fumo para o próprio consumo nas áreas adjacentes. Com essa prática, os moradores confeccionavam um cigarro artesanal que os denominavam de *tabaco*; passando a ser identificados com da comunidade tabacaria. No entanto, não há um registro oficial dessa referência, mas oficialmente a localidade é denominada de Tabacaria.

Os remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria, no decorrer da sua historicidade, viveram à sombra da prestação de serviços prestados aos fazendeiros, tido como donos das propriedades. Só no ano de 2005 teve emitida a sua Certidão de Auto-Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, através do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2013.

Em seu relato ela nos descreve o que podemos considerar como um dos eventos que engendrou a nova identidade étnica da comunidade de Tabacaria, quando ela descongela sua invisibilidade reivindicando os direitos que o reconhecimento como “remanescente de quilombo” lhe proporcionava. (LEPRI, 2007)

Nesse decreto, consolida a regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas. Nesse processo, a memória coletiva da comunidade passa a ser resgatada, não de forma totalitária, mas no sentido de visibilizar os traços de suas referências até então desprezadas pelas referências ideológicas incutidas no processo civilizatório dominante na formação social brasileira. O espaço geográfico da comunidade quilombola da Tabacaria passa a representar na comunidade contemporânea um local de luta por direitos negados historicamente.

Nas terras acima visualizadas, representam para a comunidade um espaço de conquista jamais sonhado por esses trabalhadores rurais tão renegados principalmente pela comunidade local.



Fig. 4 – Acampamento das famílias quilombolas. Fonte: Acervo pessoal de Deisiane Bezerra, 2013.

Conforme percebemos na imagem acima, ainda identificada por moradias de alta precariedade e de péssimas condições de moradia. Portanto, apesar das conquistas representarem um avanço histórico, a luta na atualidade perpassa pela necessidade de melhores condições de

vida. Uma luta que se inicia a partir de movimentos sociais, principalmente do movimento sem-terra, que toma proporções de referências étnico-raciais, correndo o risco de haver uma estagnação por conta das políticas, tanto internas da comunidade, como das entidades oficiais que se ausentam em momentos posteriores ao processo judicial.

Quando um grupo se organiza em prol de territorializar-se ele está negando o lugar que lhe havia sido destinado, numa dada circunstância espaço-temporal, ou seja, está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana-de-açúcar em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe áreas protegidas, ambos disputando territórios com populações quilombolas. (SILVA, 2012: 020)

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no seio do próprio grupo. Justifica-se esse entendimento de negação e esquecimento quando analisamos o processo de auto-reconhecimento do remanescente de Quilombos na comunidade Tabacaria, em que alguns componentes do grupo não se permitiram ser reconhecido, tendo rompido com seus pares. Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito a preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, a religiosidade, ritos e crenças, o modo particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, as memórias de lutas, conflitos e resistência.



Fig. 5 – Entrevista com seu Gerson, líder da comunidade Tabacaria. Fonte: Acervo pessoal de Deisiane Bezerra, 2013.

De acordo com um dos representantes mais antigos da comunidade, quando foi indagado se os moradores sabiam o significado de Quilombola, ele respondeu:

“Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que somos quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nossos direitos, e a gente começou a entender isso. Hoje temos um pedaço de terra e estamos na boca do céu. Nossa vida melhorou muito.” (Senhor Gerson Paulino dos Santos, 2013).

Diante da fala do Senhor Gerson, percebe-se que as relações de trabalho são, de certa maneira, modificadas em relação à tomada de consciência da posse da terra. Seja através dos programas sociais implementados na comunidade, seja pela autonomia das tomadas de decisão com a labuta da lavoura, ou até mesmo, pelo resgate da auto-identificação de pertencimento a uma etnia que, nesse momento, representa positivamente a existência e sobrevivência da comunidade.

Não obstante, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles é o elo com seus ancestrais. De acordo com a pesquisa de Trabalho Conclusão de Curso de Joseane Santos Costa.

No território se revela uma identidade, uma forma de viver própria, nele o sujeito evoca a memória de pertencimento, seu Gerson afirma que seus pais, tios, avós, e bisavós nasceram naquele lugar, ali está a história dele e de seus entes. Aquele chão traz a tona os silêncios, os esquecimentos a dor e o sofrimento não de uma geração, mas várias que ali permaneceram calados a trabalhar e obedecer. (COSTA, 2014)

A busca por uma identidade que se perdeu no decorrer da sua historicidade ressurgiu nas referências imateriais do patrimônio cultural. Nesse sentido, para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais.



Fig. 6 – Apresentação do Reizado na Comunidade Quilombola Tabacaria. Fonte: Acervo pessoal de Deisiane Bezerra, 2013.

Conforme a imagem acima, a busca dos valores identitários do patrimônio imaterial estão presentes nas manifestações culturais, religiosas e dos saberes construídos; tais como, o reizado, as cantigas, as rezas, as rodas de conversas, os causos, etc. No entanto, esse resgate não acontece de forma tão rápida, nem tão pouco aceita e divulgada pela comunidade. Existem aspectos estruturais e materiais que impedem as manifestações dessas práticas. A comunidade sobrevive basicamente dos programas sociais do Governo Federal, além do plantio de subsistência. Faltam-lhes recursos para manter as vestimentas que proporcionem uma divulgação digna perante a sociedade, a exemplo da confecção de vestimentas do reizado para os integrantes do grupo.

Portanto, a comunidades remanescente quilombola Tabacaria apesar de mapeadas e reconhecida como quilombolas em Alagoas, ainda encontram-se desassistida de direitos fundamentais de moradia, saúde, assistência técnica e social do poder público. Tal situação coloca em risco as conquista efetivadas, correndo o risco de uma volta a invisibilidade das referências tradicionais e patrimoniais da Comunidade quilombola Tabacaria.

CONCLUSÃO

As discussões que se inserem nos debates sobre o patrimônio cultural e territorialidade passam por uma reflexão do processo de civilidade que a humanidade enfrenta. A corrida por índices econômicos e padrão de consumo de alcance das diversas camadas sociais não são suficientes para proporcionar os direitos constitucionais garantidos de qualidade de vida. Principalmente ao que se refere às tradições culturais de matriz afro-brasileiras.

Porém, as reflexões teóricas sobre os rumos do processo civilizatório assumem uma importância fundamental na construção de saber. As posturas teórico-metodológicas do pensamento social constituem uma postura política diante das explicações e das mudanças que vão desde o âmbito econômico, patrimonial, ecológicas e sociais.

O debate em torno do processo de territorialidades e singularidades que o Brasil tem se apropriado na sua formação social, desde os primórdios até a sua contemporaneidade, deve ser levado adiante como uma proposta de compromisso na produção do conhecimento. As análises em torno do projeto de construção nacional, em detrimento dos países hegemônicos, devem ser refletidas na postura dos cidadãos, reforçando a importância de se fazer presente patrimônio material e imaterial, nas singularidades territoriais e construção identitária do espaço histórico e geográfico de pertencimento, valorizando as referências locais.

A proposta desse trabalho foi de elucidar, de forma sucinta, as discussões no campo teórico que envolvam as temáticas ligadas às políticas do patrimônio cultural e territorial para compreender o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas, procurando historicizar a formação territorial de Alagoas. Primordialmente, entender como o Alagoas está inserido no contexto nacional das políticas de reparação das comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **Quando o campo é patrimônio**. Rio de Janeiro: Seminário promovido pelo CPDOC e LAH/IFCS/UFRJ, 25 e 26 de novembro de 2004.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. – Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALTAVILA, Jaime. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDFAL, 1988.

APEGE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Carta Topographica e Administrativa das Províncias do Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Rio de Janeiro, 1848. (Acervo do Arquivo – APEJE/PE).

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. 3. ed. – São Paulo: Martins Fontes (Coleção Biblioteca Universal), 2004.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos (Coleção Aldus 18), 2006.

BUYERS, Ann Marie. **Emdefesa da honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional**. Maceió: Revista Crítica de História, Ano 1, nº 2, dezembro, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A vida Urbana em Alagoas: A Importância dos Meios de Transporte na sua Evolução**. São Paulo: Sagres - Espaço e Memória (terra Livre - AGB) nº 10, jan-jul, 1992.

COSTA, Joseane Santos. **Um estudo sobre a comunidade de remanescentes quilombolas Tabacaria: território e memória**. Curso de História(trabalho de Conclusão de Curso), UNEAL: Palmeira dos Índios, 2014.

DUARTE, Abelardo. **As Alagoas na Guerra da Independência**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1974

CARVALHO. Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 2. ed. Maceió: Grafitex, 1982.

FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. **Patrimônio Cultural da Nação: Tangível e Intangível**.http://www.revista.uea.edu.br/old/abore/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%Feitoza.pdf. Acessado em 20/06/2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as Culturas como Patrimônio**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 11, n. 23, jan/jun 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

LE GOFF, Jacques.**História e memória**. Lisboa: 5. ed. – Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEPRI, Mônica Cavalcanti. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Povoado Tabacaria**. Palmeira dos Índios, 2007.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica**. Maceió: EDUFAL, 2011.

_____. **O grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2011.

LONDRES, Cecília. Preferências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e artístico Nacional, 2000.

MACHADO, Rosilene Vanessa Oliveira; ALMEIDA, Luisa Estanislau Soares de. **Alagoas dos mapas militares: uma revisão do acervo cartográfico digital do Arquivo Histórico do Exército**. 1º Simpósio de Cartografia Histórica - Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder. Paraty: 10 a 13 de maio de 2011.

MAPEAMENTO COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM ALAGOAS.

IN:<http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/Mapa%20das%20comunidades%20Quilombolas-2011.JPG>

Acesso em: 01 de abril de 2014

MELLO, Barão Homem; MELLO, Francisco Homem. **Atlas do Brasil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1908.

NOVAIS, A. Fernando. **Aproximações: Estudo de História e Historiografia**. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RAMALHO, Geísa Brayner. **(Re)valorização do Patrimônio Cultural: Um Caminho para a Sustentabilidade do Desenvolvimento do Pilar-Alagoas**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFAL, Maceió, 2003.

RAMOS, Manuel João. Breve nota crítica sobre a introdução da expressão Patrimônio intangível em Portugal. In: JORGE Vítor Oliveira (coord.). **Conservar para Quê? Porto – Coimbra, DCTP-FLUP –CEAUCP-FCT, 2005, pp. 67-76**

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEPLANDE - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Alagoas em Mapas: acervo de mapas sobre o Estado de Alagoas**. Maceió: SEPLANDE, 2012.

SEUTTER, Georg Mattheus. RecensElaborata Mapa Geographica Regni Brasiliae In **América Meridionali Maxime Celebris Accurate Delineata. Alemanha, 1750**. (Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica). Disponível em:

<https://picasaweb.google.com/lechbr/MapasColeOIEB?feat=flashalbum>. Acesso: 26 de agosto de 2013.

SILVA, Carla Holanda da. **Território: Uma Combinação de Enfoques - Material, Simbólico e Espaço de Ação Social**. Curitiba: Revista Geografar, v. 4, nº 1, p. 98-115, jan/jun. 2009.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais**. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGEO (Tese de Doutorado), UFS: Aracaju, 2010.

VIEIRA, Paulo Freire et al. **Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: A Contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Palloti; Florianópolis: APED, 1998.